

Refugiados Palestinos: a Construção da Identidade Nacional e Impactos na Questão da Palestina

*Bruna Ramires Vieira**
*Bruna Ribeiro Troitinho***
*Cecilia Maieron Pereira****
*William Santos*****

RESUMO: Este artigo pretende investigar a luta palestina pela construção nacional e a contribuição dos refugiados para esta. Dessa forma, estudou-se os conceitos de identidade nacional e legitimidade relacionando-os com a questão da Palestina do século XIX e dos dias atuais. Dentre as expressões de identidade coletiva, os nacionalismos conectam uma série de narrativas e símbolos comuns à uma história compartilhada. A legitimidade diz respeito ao que daria sentido seja a algo que se reivindica, seja à estrutura de um sistema, organização social ou instituição. Estes elementos, identidade nacional e legitimidade, são aspectos importantes na construção do que concebemos como Estado-Nação moderno. Por fim, constata-se que os refugiados têm importância na busca pela construção e reconhecimento da causa palestina, pois estes mostraram-se essenciais para a consolidação da identidade nacional e legitimidade das suas reivindicações.

PALAVRAS-CHAVE: Palestina. Refugiados. Construção nacional. Identidade.

* Graduada em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e graduanda em Direito no Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). E-mail: brunaramiresv@gmail.com.

** Graduada em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: brunari.troitinho@gmail.com.

*** Graduada em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: ceci.maieron@gmail.com.

**** Graduando em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: william18b@hotmail.com

1 Introdução

A questão da Palestina tem se prolongado por décadas, e sua resolução parece estar longe do fim. Dinâmicas históricas, culturais e religiosas no âmbito interno, regional e internacional impactam neste conflito, que pôde ser observado já no século XIX. Nesse contexto, os palestinos buscam reconhecimento e legitimidade, mas um elemento ainda representa uma face difícil dos lentos passos das negociações: os refugiados palestinos. De acordo com Edward Said:

Segundo os cálculos mais precisos realizados até hoje, cerca de 780 mil árabes-palestinos foram expropriados e desalojados em 1948 para facilitar a 'reconstituição e a reconstrução' da Palestina. Trata-se de refugiados palestinos que somam atualmente bem mais que 2 milhões. E, por fim, devemos acrescentar que o número de árabes mantidos desde 1967 nos territórios ocupados (que Menachem Begin alega ter 'libertado') chega a 1,7 milhão; destes, meio milhão fazia parte de Israel antes de 1967. A transformação da Palestina em Israel tem sido um projeto altamente oneroso, em especial para os árabes-palestinos (SAID, 2012, p. 17).

O alto preço pago pelos refugiados palestinos espalhados pelo mundo projeta a importância da ideia da nação e de identidade palestina, bem como ressalta a influência exercida pelas relações internacionais do Oriente Médio sobre a questão palestina. Com isso, o presente trabalho pretende analisar como o problema palestino evoluiu ao longo do tempo, destacando a formação da identidade nacional e os contextos históricos e políticos do sistema regional do Oriente Próximo. Concomitantemente, busca-se compreender como se desenvolveu o impasse dos refugiados e como esse fenômeno, em particular, foi capaz de produzir efeitos sobre a situação contemporânea da luta palestina.

A hipótese é a de que o nacionalismo palestino surgiu com a decadência do Império Otomano e teve os judeus e os britânicos como os "outros" da sua identidade, de forma que a questão palestina se desenvolveu muito por possibilidades e constrangimentos internos e externos. Além disso, considera-se que os refugiados impactam na luta política palestina, não só pela permanência da promessa de um Estado e do retorno, mas também pela luta política além das fronteiras de Israel.

Para fins metodológicos, em um primeiro momento, os conceitos de identidade nacional e legitimidade foram analisados a fim de defini-los e adotá-los como

variáveis que, posteriormente, permitam entender a contribuição dessas noções para o estudo da questão dos refugiados palestinos. Em segundo lugar, procurou-se conhecer a evolução histórica da questão da Palestina e dos refugiados, a partir do século XIX, do afloramento dos nacionalismos no Oriente Médio aos desafios contemporâneos para a paz. Finalmente, objetiva-se debater como os refugiados e o direito de retorno impactam na luta política e na legitimidade, bem como na identidade nacional do povo palestino.

2 Da identidade nacional à construção do Estado: conceitos

A fim de compreender a questão dos refugiados palestinos e seu impacto na luta por um Estado, é necessário elucidar o que se compreende por identidade nacional, legitimidade e construção do Estado. Entende-se que estas variáveis não só estão conectadas, mas também devem ser problematizadas para fins de análise do caso palestino.

Em primeiro lugar, entre as diferentes formas de organização humana e identidades assumidas por um indivíduo, a identidade nacional constitui-se como uma identidade coletiva amplamente aceita. De acordo com Anthony Smith, o território histórico ou uma terra natal, um mito fundador, a cultura, a economia, a solidariedade e as instituições comuns podem ser concebidos como os principais aspectos de uma comunidade nacional (SMITH, 1991, p. 14). Ainda de acordo com este autor, a identidade nacional se diferencia de outras por possuir um aspecto político, uma vez que é uma construção complexa e simbólica por meio do compartilhamento de mitos e tradições (SMITH, 1991, p. 9). Nesse sentido, Max Weber definiu que:

A comunidade política é uma daquelas comunidades cuja ação, pelo menos em circunstâncias normais, inclui a coerção através da ameaça à vida e à liberdade de movimentação. Em última instância, espera-se que o indivíduo enfrente a morte em benefício do grupo. Isso confere à comunidade política seu pátos característico e erige suas duradouras bases emocionais. A comunhão do destino político, isto é, acima de tudo, da luta política comum de vida e morte, deu origem a grupos com lembranças conjuntas, as quais muitas vezes tiveram um impacto mais profundo do que laços de mera comunhão cultural, linguística ou étnica. Essa ‘comunhão de lembranças’

constitui o elemento decisivo, em última instância, da consciência nacional. (WEBER apud BALAKRISHNAN, 2000, p. 220).

A alteridade, da mesma maneira, constitui um aspecto importante para a compreensão da identidade nacional, uma vez que, para haver uma cultura comum, deve haver outra distinta. Isso significa que a nação ganha significado e consciência a partir do contraste com outras nações (TRIANDAFYLLIDOU, 2001). De acordo com Stuart Hall (2006, p. 56), este aspecto também pode revelar os efeitos negativos da identidade nacional, que, em nome de uma cultura única e pura, transforma os “outros” em ameaça, como ocorreu durante a Alemanha nazista. Em suma, a identidade nacional refere-se a uma comunidade política com passado comum, aliado a um território e a mitos fundadores, que compartilha certos aspectos culturais e um destino. É notório ressaltar que este modelo surgiu na Europa e foi consolidado no século XIX, sendo expandido para o mundo como a principal forma de organização social: o Estado-Nação Moderno.

O mundo dividido entre fronteiras pode ser compreendido com a visão de Ernest Gellner, “uma cultura, um Estado; um Estado, uma cultura” (2000, p. 119). Nesse sentido, parte-se do entendimento que cada Estado territorialmente delimitado possua uma cultura e identidade nacional comuns, mas o processo de construção da nação é mais complicado na prática, pois pode haver diferenças étnicas, religiosas e identitárias conflitantes. Logo, o desafio para os Estados será o gerenciamento da identidade nacional. Partha Chatterjee analisa esses desafios de forma mais completa para o mundo pós-colonial, afirmando que,

Como resultado, as formas autônomas de imaginação da comunidade foram e continuam a ser esmagadas e oprimidas pela história do Estado pós-colonial. Nisso está a raiz de nossa miséria pós-colonial: não em nossa incapacidade de elaborar novas formas de comunidade moderna, mas em nossa rendição às antigas formas do Estado moderno. Se a nação é uma comunidade imaginada e se as nações também devem assumir a forma de Estados, nossa linguagem teórica deve nos permitir falar de comunidade e Estado ao mesmo tempo. Não creio que nossa atual linguagem teórica nos permite fazê-lo. (CHATTERJEE, 2000, p. 235).

Considerando os aspectos apresentados acima, a identidade nacional palestina, portanto, vincula-se a uma promessa de território. A reivindicação do direito de

retorno às terras perdidas no passado é uma das lutas da comunidade que acrescenta legitimidade à causa palestina.

Nesse sentido, a legitimidade e a dominação estão intrinsecamente ligadas, de acordo com o pensamento weberiano, e são essenciais para o relacionamento de uma sociedade com seu Estado. A dominação consistirá, segundo Weber, na obediência de ordens entre as pessoas (WEBER, 1999). Os motivos que determinam a dominação podem ser os mais diversos, desde as ações inconscientes até as racionais. Weber ainda completa que toda dominação busca a crença da legitimidade que diferenciará as formas de obediência e a administração capacitada para garanti-la. E é então que o autor desenvolve três tipos ideais de dominação e a atuação da legitimidade em cada um deles: (i) de caráter racional: baseada na crença da legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles, que em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal); (ii) de caráter tradicional: baseado na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade (dominação tradicional); ou, por fim, (iii) de caráter carismático: baseado na veneração extracotidiana da santidade, do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas (dominação carismática) (WEBER, 1999, p. 141).

Este conceito é importante para analisarmos a relação complexa que existe entre o Estado e a sociedade, pois, conforme Seabrooke (2002), a legitimidade nos permite analisar aquela relação como um espaço controverso ao invés de funcional, o que acarretará na necessidade de tanto o Estado quanto a sociedade respeitarem normas sociais e fatores materiais de sua história (SEABROOKE, 2002). Além disso, para Seabrooke, a abordagem da legitimidade nos permite perceber o “Estado como mais do que a função de responder às restrições impostas por um sistema anárquico internacional.” (SEABROOKE, 2002, p. 3, tradução nossa)¹.

Quando se analisa a questão da legitimidade de um regime, segundo Hardin, pensamos em três questões possíveis: “como ele veio à existência, o que ele faz para nós, ou nossa relação com ele tanto historicamente quanto agora” (HARDIN, 2007, p. 237). A primeira questão requer uma discussão a respeito de onde vem o consentimento, já a segunda se refere mais ao que o Estado pode prover a seus

¹ State action as more than a functional response to constraints imposed by an international anarchical system. (SEABROOKE, 2002, p. 3)

cidadãos, e a terceira desenvolve mais a questão de como esse governo funciona e se mantém.

Diante disso, a reflexão sobre a legitimidade deve transpor apenas um tipo ideal para desenvolver uma explicação da realidade. Assim, devemos entender, no caso deste estudo, como a representação palestina obtém legitimidade e como se relaciona com a população, principalmente no caso dos refugiados. A partir disso, devemos nos questionar como elas conseguem garantir a obediência, se estas representações conseguem articular uma identidade aos palestinos e como as instituições têm capacidade de efetivar suas políticas e seus serviços jurídicos além dos direitos políticos da população.

De acordo com Hinnebusch, “a formação do Estado coincide com um processo contestado de construção de identidades, se as fronteiras dos Estados satisfazem ou frustram as formas identitárias irão moldar seu papel na política externa” (HINNEBUSCH, 2003, p. 74, tradução nossa)². Assim, a construção dos Estados diz respeito à capacidade dos líderes de articular instituições capazes de absorver a expansão e mobilização política, além de controlar o território correspondente a uma comunidade de identidade (HINNEBUSCH, 2003). Dessa maneira, esta concepção vai ao encontro da análise de Charles Tilly, que percebe a importância da formação de instituições legítimas e fortes para que consiga extrair recursos da sua população e, com isso, consolidar-se como um Estado westfaliano no sistema internacional (TILLY, 1985). Ainda:

O state-building é visto como uma fase de construção de instituições políticas (Bickerton, 2007), de criação de instituições governamentais eficientes e legítimas (Paris e Sisk, 2007), para que estas sejam dotadas de instrumentos de governação capazes de prover segurança física e econômica à população em questão (Chandler, 2006). Liga-se intimamente, portanto, à capacidade estatal (Fukuyama, 2004) e à governação interna (Rotberg, 2004a). (BLANCO, 2009 pp. 2-3).

Portanto, a consolidação estatal depende do equilíbrio entre a institucionalização do Estado e suas estruturas para incorporação de forças sociais que se mobilizem a favor deste. As elites políticas devem possuir autonomia suficiente para

² State formation is coterminous with a contested process of identity construction, whether a state's boundaries satisfy or frustrate identity shapes its foreign policy role. (HINNEBUSCH, 2003, p. 74)

tomar decisões racionais e legítimas para mobilizar a população e, ainda, extrair os recursos para sustentar suas escolhas (HINNEBUSCH, 2003).

Em cada estágio, a formação de Estados individuais é um produto da interação entre forças políticas internas e a simultânea estrutura sistêmica (internacional e regional) em desenvolvimento na qual os Estados estão inseridos. A formação do Estado, por sua vez, é um grande determinante do comportamento da política externa dos Estados, em que, como será argumentado, em cada estágio da formação do Estado, diferentes tipos de políticas externas são típicos (HINNEBUSCH, 2003, p. 76, tradução nossa)³.

Com isso, compreende-se que os refugiados palestinos representam um importante exemplo para se pensar a formação do Estado, pois a questão palestina representa um desafio da percepção moderna de Estado-nação – como já foi ressaltado, a identidade palestina está ligada a um território. Além da sua migração para os países vizinhos criar uma instabilidade regional, cuja relevância deve ser considerada, os refugiados constituem um dos principais argumentos da discussão sobre a construção de um Estado palestino.

3 Uma abordagem histórica da questão palestina e da diáspora

A necessidade de uma abordagem histórica da questão palestina não é uma mera discussão factual, mas, conforme a perspectiva da Escola dos Annales, em especial de Fernand Braudel, é uma análise de longa duração combinada com a conjuntura, o próprio evento (BRAUDEL, 1969). A raiz da questão palestina encontra-se no processo de construção dos estados modernos no Oriente Médio no início do século XX, que, mesclado com as peculiaridades histórico-culturais da região, torna a Palestina um importante caso de análise em diversos níveis: o internacional, o regional e o da unidade.

³ At each stage, the formation of the individual states is a product of interaction between internal political forces and the simultaneously developing systemic (international and regional) structures in which the states are embedded. State formation, in turn, is a major determinant of the foreign policy behaviour of the individual states, for, as will be argued, at each stage in state formation different kinds of foreign policies are typical. (HINNEBUSCH, 2003, p. 76)

3.1 Da formação nacional à fundação de Israel

A formação dos Estados Modernos no Oriente Médio decorreu de uma série de transformações, sobretudo com a chegada do século XX. A construção destes novos Estados ocorreu de forma instável, sendo que essas conturbações permaneceram no cenário contemporâneo. Nesse sentido, partir de concepções estáticas sobre os elementos que compõem um Estado são insuficientes para entender e analisar a região.

De acordo com Lisa Anderson, a maioria dos países no Oriente Médio podem ser vistos ou como Estados consolidados ou como Estados virtuais. Como bem ressalta a autora, as peculiaridades culturais e históricas são imprescindíveis para a análise regional, uma vez que se deve considerar a territorialidade, a legitimidade, o patriarcalismo, entre outros fatores (ANDERSON, 1987). O que conhecemos como Oriente Médio tem forte impacto na ingerência externa e na sua interação com culturas e sociedades antigas (HALLIDAY, 2005). É dentro destas perspectivas, a nível regional e da unidade, que pensar a Palestina se torna importante: um Estado sem fronteiras definidas, reconhecido por alguns membros da comunidade internacional e que é parte de um conflito que já dura décadas.

De uma riqueza histórica milenar, a região do Oriente Médio foi dominada pelo Império Otomano no século XV, que impôs uma “dominação feudal-militar” até o século XX (VISENTINI, 2012). A região da Palestina era povoada majoritariamente por árabes sunitas, mas também por cristãos e muçulmanos xiitas, cuja base econômica girava em torno da agricultura. Durante o domínio turco-otomano, mais especificamente no século XIX, o surgimento do nacionalismo judaico, ou sionismo, levou à gradativa migração judaica para a região. A chegada desses trabalhadores não foi bem recebida: os conflitos eram constantes entre árabes e judeus. Eles se acirraram com a Declaração de Balfour, de 1917, em que a Grã-Bretanha afirmou seu apoio à construção de um lar nacional judeu na Palestina. Segundo Paulo Visentini, com o desmantelamento do Império Otomano no pós-Primeira Guerra Mundial, França e Grã-Bretanha assinaram o Tratado de Sykes-Picot, segundo o qual a Palestina, a Transjordânia e o Iraque seriam estabelecidos como mandato inglês, e a Síria e o Líbano seriam destinados à França (VISENTINI, 2012).

Durante o mandato inglês, a demografia foi constantemente alterada, o que levou ao fortalecimento de uma identidade nacional palestina. De acordo com Said,

Praticamente todos os árabes-palestinos sentiam-se parte do grande despertar árabe iniciado a partir do fim do século XIX, e foi esse sentimento que deu coragem e coesão a uma história moderna, que, do contrário, seria turbulenta. Escritores e intelectuais palestinos (como Hakam Darwazeh, Khalil Sakakineh, Khalil Beidas e Najib Nassar), organizações políticas (como a *Futtuwa* e a *Najada*), o Alto Comitê Árabe e a Liga Árabe de Libertação Nacional (que argumentava que a questão palestina só poderia ser resolvida por árabes e judeus juntos) formavam grandes blocos nacionais entre a população, canalizavam uma identidade palestina igualmente contrária ao domínio britânico e à colonização judaica e solidificavam o senso de pertencimento dos palestinos, qualquer que fosse a continuidade da permanência de um grupo nacional distinto, como uma língua própria (o dialeto árabe-palestino) e um senso de comunidade específico (particularmente ameaçado pelo sionismo) (SAID, 2012, p. 14-15).

A formação da identidade palestina se deu pela visão negativa do outro – o judeu e o inglês –, bem como pelo vínculo com a terra. Na visão de Muhammad Muslih, os palestinos tiveram grande importância na construção do nacionalismo árabe, uma vez que se fortalecia a identidade árabe frente aos turco-otomanos. Ainda de acordo com o autor, foi a partir das falhas do nacionalismo árabe que a identidade nacional palestina se formou, sobretudo com a ação de senhores e jovens notáveis da sociedade urbana (MUSLIH, 1987).

No final da década de 1930, constantes manifestações árabes ocorreram, e o mandato britânico, com os “Papéis Brancos”, pretendia reduzir a migração judaica para a Palestina (ROGAN, 2009). Contudo, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939, há o acirramento da perseguição aos judeus, que promove uma comoção internacional no pós-guerra. Pensar em um lar para este povo tornou-se uma pauta importante nos tratados ao fim do conflito. A resolução das Nações Unidas sobre a partilha da Palestina não foi bem recebida pelos Estados Árabes, mas obteve votos suficientes para sua aprovação. Dessa maneira, a Grã-Bretanha estipulou para o dia 14 de maio de 1948 o fim do seu mandato. Quando a data chegou, autoridades judaicas declararam a criação do Estado de Israel (HOURANI, 2006). Essa atitude desagradou à comunidade palestina e de outros países da região,

o que desencadeou um conflito, logo vencido por Israel. Em decorrência deste e de outros conflitos, mais de um milhão de palestinos tornaram-se refugiados.

Uma agência especial responsável para este tema foi criada – a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA) –, em 1948, segundo parâmetros da resolução 194 das Nações Unidas referente ao direito de retorno dos palestinos refugiados do conflito que fundou Israel. De acordo com Ilan Pappé:

Foi dessa maneira que a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) surgiu em 1950. A UNRWA não era comprometida com o retorno dos refugiados como a resolução 194 da Assembléia Geral da ONU, de 11 de dezembro de 1948, havia estipulado, mas estava organizada simplesmente para providenciar emprego e subsídios a aproximadamente um milhão de refugiados palestinos que viviam nos campos. Era também responsável por construir mais campos permanentes para eles, construir escolas e centros de atendimento médico. Em outras palavras, a UNRWA objetivava, em termos gerais, a auxiliar nas necessidades diárias dos refugiados (PAPPE, 2007, p. 236, tradução nossa).⁴

Os refugiados palestinos, no entendimento da UNRWA, são aquelas pessoas forçadas à migração pelo conflito de 1948. O status de refugiado pode ser herdado pelos filhos, e isso faz com que os números atuais de refugiados palestinos cheguem a quase 5 milhões. Além disso, a UNRWA é a única agência que reconhece o caráter hereditário da condição de refugiado, o que distingue a população refugiada palestina uma vez que isso não acontece para outras comunidades refugiadas. A Agência possui campos em Gaza, na Cisjordânia, na Jordânia, na Síria e no Líbano. É importante ressaltar que alguns países como a Jordânia são abertos a concessão de cidadania (aqui compreendida como direitos políticos) aos refugiados palestinos, enquanto o Líbano tem políticas restritivas. A Liga Árabe se opõe à possibilidade de cidadania aos palestinos em outros países, pois compreende que isto prejudica a luta palestina e até mesmo sua própria identidade nacional (SALEM, 2012). Nesse

⁴ This is how the United Nation Relief and Work Agency (UNRWA) came into being in 1950. UNRWA was not committed to the return of the refugees as UN General Assembly Resolution 194, from 11 December 1948, had stipulated, but was setup simply to provide employment and subsidies to the approximately one million Palestinian refugees who had ended up in the camps. It was also entrusted with building more permanent camps for them, constructing schools and opening medical centres. In other words, UNRWA was intended, in general, to look after the refugees' daily concerns. (PAPPE, 2007, p. 236)

sentido, o *Nakba*⁵, a catástrofe, marca o começo da história palestina de busca pelo direito de retorno, impactando a retórica política desde 1948 (KHALIDI, 1992).

A questão da Palestina foi um instrumento utilizado pelos Estados Árabes para a política regional, como o pan-arabismo de Nasser. De fato, as comunidades judaicas que se formavam na região antes de 1948 eram muito mais preparadas, sobretudo militarmente, do que os palestinos. Estes, cuja ideia de nação foi formada em momento de conflito, sofreram ainda mais com as políticas de Israel, a falta de articulação regional e a ingerência externa.

3.2 A Guerra Fria, os conflitos árabe-israelenses e a causa palestina.

A Guerra-fria foi marcada pela paz no centro do Sistema Internacional e pelo equilíbrio entre as grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, devido ao risco de dissuasão. Assim, os conflitos desse período aconteceram principalmente na periferia do Sistema. Conforme salientam Buzan e Hansen (2012), a segurança no Terceiro Mundo era amplamente discutida como parte da disputa global das superpotências.

O padrão de conflito percebido nesse período já existia anteriormente na região do Oriente Médio. De acordo Buzan e Waever (2003), a região é composta por Estados Modernos pós-coloniais que interagem com estruturas pré-modernas, como religião, clãs e tribos, o que permite a geração de um padrão conflituoso mais complicado.

Os países periféricos foram fortemente influenciados pela conjuntura do sistema internacional durante a Guerra Fria. No entanto, Sluglett (2009) afirma que tal período provocou um impacto limitado nos países do Oriente Médio, ou seja, para o autor conflitos como o palestino aconteceriam independentemente da bipolaridade do globo. Dessa Maneira, Sluglett compartilha da visão de Buzan e Weaver de que a região interage através de estruturas pré-modernas como religião, clãs e tribos.

Além disso, o Oriente Médio caracteriza-se pela forte ligação entre economia e política, conforme elenca Halliday: “em todas as regiões do mundo, questões

⁵ Termo usado para se referir ao êxodo palestino de 1948.

econômicas, domésticas ou internacionais, são indissociáveis da política. Contudo, isso talvez não seja mais verdadeiro do que no Oriente Médio” (HALLIDAY, 2005, p. 262, tradução nossa)⁶. Dessa forma, para o autor, se apenas as questões econômicas predominassem, a relação entre os Estados seriam menos conflituosas e haveria maior possibilidade de cooperação. No entanto, a política e ideologia dos integrantes desta região impedem uma maior interação.

Para Visentini (2012) as décadas de 1960 e 1970 assinalam um agravamento dos conflitos no Oriente Médio, que passou por revoluções modernizadoras e industrializantes. Ocorre nesse período a Guerra dos Seis dias, de 1967, na qual Israel atacou de surpresa Egito, Síria e Jordânia, remodelando, assim, as fronteiras desses países. De acordo com Laffin (1985), no sexto dia da Guerra, as forças de defesa israelense cessaram fogo frente às tropas sírias, mas reiteraram que usariam todas as forças para destruir a OLP em solo libanês. Essa guerra gerou grandes consequências para os países nela envolvidos, desde perdas territoriais até o aumento da migração de palestinos para os países vizinhos.

Como decorrência da migração palestina, após a Guerra dos Seis dias, Paulo Visentini afirma que houve:

[...] maior autonomia das organizações palestinas frente aos governos árabes. A al-Fatah por exemplo – que só era reconhecida pela Argélia e pela Síria –, teve suas bases ampliadas. Em 1969, o presidente da al-Fatah, Yasser Arafat, chega à presidência da OLP, onde membros da Fatah já eram maioria. Em 1970, durante a Conferência de Rabat, os países árabes reconheceram o direito dos palestinos de criar um Estado Nacional e a OLP como sendo a única e legítima representante do povo palestino (VISENTINI, 2012, p. 42).

Além da autonomia conseguida, a resistência palestina aumentava em número de representações e na militarização nos campos de refugiados, causando problemas aos líderes locais – conforme o exemplo da Jordânia, que resolveu expulsar violentamente os palestinos, no episódio que ficou conhecido como o *setembro negro*. O rei Hussein, incomodado com o poder paralelo crescente, enviou o exército real aos campos de refugiados, obrigando os palestinos a migrarem para o Líbano, especialmente para o sul (VISENTINI, 2012).

⁶ In every region of the world economic issues, domestic and international, are inseparable from politics. Yet this is perhaps nowhere more true than in the Middle East. (HALLIDAY, 2005, p. 262)

3.2.1 A Guerra do Yom Kippur e os refugiados

A Guerra do Yom Kippur, de 1973, organizada principalmente pelo Egito na tentativa de recuperar os territórios ocupados em 1967, consegue obter, depois de um acordo de paz em 1974, a desocupação do Canal de Suez por parte de Israel. Além disso, é importante destacar que as potências globais não tinham total poder sobre seus aliados. Como colocado por Buzan e Waeber (2003), as potências estavam à mercê de dinâmicas domésticas e regionais, perdendo o controle sobre os aliados que os fizeram ir à guerra em 1973.

O conflito do Yom Kippur implica uma mudança significativa nas interações entre os países do Oriente Médio. A Guerra de 73 representa um marco da mudança na orientação da política externa egípcia, que se alia aos Estados Unidos e passa por um processo de reestruturação do sistema político e econômico de cunho pró-Occidente (FERABOLLI, 2009). A partir de então há um rompimento com as políticas de integração de Nasser.

Ao contrário de Nasser, que via o mundo Árabe como esfera natural de influência egípcia. Sadat estava disposto a entrar no círculo daqueles que detinham poder econômico no sistema regional árabe – Arábia Saudita – e no nível sistêmico – Estados Unidos. Ao demonstrar que seu regime estava alinhado com o reino saudita, Sadat enviava sinais claros a Washington de que os anos de Nasser de primazia do arabismo e de neutralismo egípcio estavam encerrados e que ele não mediria esforços para alcançar seu principal objetivo – conseguir assistência econômica para a construção de um Egito moderno. (FERABOLLI, 2009, p. 87).

Através da diplomacia de Kissinger, o Egito retoma as relações com Israel e assina o acordo de Camp David para recuperar os territórios perdidos em 1967. Tal acordo foi altamente reprovado pelos países árabes, causando constrangimentos entre estes e o Egito. Dessa forma, a causa Palestina viu-se prejudicada, pois perdeu o seu maior apoiador.

Não obstante, um dos efeitos importantes dessa guerra, ressaltado por Visentini (2002), é o desencadeamento da Guerra civil no Líbano em 1975. Conforme Schanzer (2008), tanto a Fatah quanto a OLP tentaram criar uma espécie de *mini* estado dentro do Líbano no período de 1970 a 1980, contribuindo em grande parte para a guerra civil. Nesse sentido, faz-se interessante destacar que esta guerra

teve como uma das causas as questões religiosas suscitadas entre a população cristã e a muçumana.

Devido ao grande número de refugiados palestinos e à já afirmada militarização dos refugiados como forma de afirmação e de organização, conforme afirma Halliday (2005), Israel buscava, a partir de 1978, intervir no Líbano com o objetivo de destruir a OLP. A invasão israelense, em 1982, e o massacre no campo de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, neste mesmo ano, pela Falange libanesa, mas com apoio indireto de Israel, visavam ao mesmo propósito. A Assembleia Geral das Nações Unidas qualificou, pela Resolução 37/123, tal acontecimento como ato de genocídio.

Conforme percebido por estas participações de Israel na guerra do Líbano acima citadas, a história da Guerra Civil do Líbano reforça a ideia de uma guerra realizada dos “outros” e para os “outros”.

A Guerra Civil libanesa pode ser descrita como a guerra dos outros em duas maneiras importantes. Em primeiro lugar, as potências externas lutaram no Líbano e fundaram milícias libanesas. Tropas palestinas, israelenses e sírias estavam diretamente envolvidas, e entre 1982 e 1985, o Líbano se tornou o ponto de conflito entre americanos e soviéticos. As rivalidades intra-árabes entre Síria, Egito, Iraque, Líbia e Arábia Saudita eram exercidas por uma guerra proxy entre pequenos grupos libaneses com visão política limitada. [...] O outro modo no qual a guerra foi uma guerra dos outros se refere a relativa e limitada participação popular e apoio às partes beligerantes, particularmente nos últimos momentos do conflito (HAUGBOLLE, 2010, p. 16, tradução nossa)⁷.

No ano de 1987, ocorreu a Primeira Intifada; segundo Visentini (2012), a eclosão de protestos, greves e confrontos violentos nos quais os jovens palestinos reagiam às balas com pedras. Tal brutalidade causou enorme dano à imagem internacional de Israel, enquanto os palestinos, de terroristas, passaram a ser vítimas.

⁷ The Lebanese Civil War can be described as a war of the others in two important ways. First, foreign powers fought in Lebanon and funded Lebanese militias. Palestinian, Israeli and Syrian troops were directly involved, and between 1982 and 1985, Lebanon became a hot spot for Soviet–American fault lines. Inter-Arab rivalries among Syria, Egypt, Iraq, Libya and Saudi Arabia were played out by proxy between small Lebanese groups with limited political vision.[...] The other way in which the war was a war of others refers to the relatively limited popular participation and support for the warring parties, particularly in the latter part of the war. (HAUGBOLLE, 2010, p. 16)

Assim, de acordo com Al-Husseine (2000), desde 1967, muitos refugiados da Cisjordânia e da Faixa de Gaza tiveram acesso a suas cidades e aldeias de origem apenas para descobrir que elas não correspondiam às narrativas de seus pais ou avós. Além disso, uma maioria considerável da população palestina na época da Intifada não tinha outra memória além da ocupação.

Enquanto isso, desde o início da década de 1980, a crença havia se espalhado nas comunidades que vivem nos campos de refugiados de que a melhora na qualidade de vida não tem influência direta sobre seus direitos políticos. Embora nem sempre seja claramente articulada, noções de *ta'hil* (reabilitação socioeconômica) e *tawtin* (reinstalação permanente) estão constantemente diferenciados na narrativa dos campos de refugiados. Enquanto os campos ainda são vistos como símbolos coletivos do direito de retorno (que, portanto, deve ser preservado), a decisão de ficar ou sair finalmente dependia de considerações individuais, muitas vezes financeiras. (A este respeito, o aumento da renda familiar na sequência da abertura de oportunidades de trabalho no Golfo e Israel, bem como a necessidade de reabilitar os campos como um meio de confrontar as políticas de reassentamento de Israel nos territórios ocupados, deve ser mencionado) (AL-HUSSEINE, 2000, p. 61, tradução nossa)⁸.

No entanto, como foi demonstrado durante a Intifada, no caso dos refugiados que foram realocados através de programas de habitação israelitas na Faixa de Gaza, a consequente melhoria de suas condições de vida não afetou sua identidade política e compromisso com a causa nacional (AL-HUSSEINE; 2000).

3.3 O fim da Guerra Fria e a perspectiva contemporânea

O fim da Guerra Fria teve grande impacto no Oriente Médio. De acordo com Fred Halliday (2005), as mudanças no sistema internacional decorrentes da queda da União Soviética e as crises regionais acentuaram não a interdependência e a liberalização, mas sim os padrões regionais de conflito. A invasão do Kuwait pelo Iraque, logo no início da década de 1990, pode ser tida como um marco do

⁸ Meanwhile, since the early 1980s, the belief has spread among refugee camp communities that the improvement in their living standards does not have direct bearing on their political rights. Although not always clearly articulated, the notions of *ta'hil* (socioeconomic rehabilitation) and *tawtin* (permanent resettlement) are constantly differentiated in the camp refugees' narratives. While the camps are still perceived as collective symbols of the right of return (which therefore must be preserved), the decision to stay or to move out has finally depended upon individual, often financial, considerations. (In this regard, the rise of family incomes following the opening up of work opportunities in the Gulf and Israel, as well as the need to rehabilitate the camps as a means of confronting Israel's resettlement policies in the occupied territories, should be mentioned). (AL-HUSSEINE, 2000, p. 61)

pós-Guerra Fria no Oriente Médio, que foi seguido por diversas turbulências sociopolíticas e econômicas (BUZAN; WAEVER, 2003). É dentro deste cenário que a questão da Palestina encontra novos empecilhos, tanto externos quanto domésticos.

Após o término da Guerra Fria, os Estados Unidos tornaram-se a potência hegemônica na região, e visavam a criar um “Novo Oriente Médio”. Conforme Feraboli (2009), a substituição de “Mundo Árabe” para “Oriente Médio” refletia a supremacia estadunidense na região, colocando Israel, seu aliado preferencial, como o centro desse novo sistema que visava à abertura econômica e política dos países árabes. Sendo assim, é importante ressaltar que a invasão do Iraque pelos Estados Unidos em 2003, que marcou a fixação dessa potência na região, não era motivada por interesses petrolíferos como tanto afirmado, mas estava ligada a questões de imposição desse sistema de Estados subordinados à sua hegemonia. A partir de alianças com a Arábia Saudita, Turquia e Israel, uma nova configuração regional foi estabelecida (HALLIDAY, 2005). A presença estadunidense de fato se consolidou com o envio de tropas americanas para combate no Iraque, durante a Segunda Guerra do Golfo, fortalecendo sua superioridade militar (BUZAN, WAEVER, 2003, p. 201). Considerando, então, o poder de ingerência estadunidense e as consequências do conflito no Golfo, um importante resultado são as negociações de paz entre Israel e Palestina, que ficaram conhecidos como os acordos de Oslo.

Desde 1987, a primeira Intifada revelava a frustração da população palestina sob a ocupação israelense, mas cuja revolta foi um alto custo para este povo (STEIN, 2009). Além disso, de acordo com Paulo Fagundes Visentini, a OLP, principal liderança dos palestinos, se encontrava em crise pela dificuldade de controle da Intifada, pelo surgimento do Hamas – que se tornaria uma das principais lideranças palestinas – e pela derrota de Saddam Hussein, que tinha o apoio da organização, na Guerra do Golfo (VISENTINI, 2012, p. 63-73). Em 1988, numa reunião do Conselho Nacional Palestino na Argélia, o presidente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat declarava a independência palestina e pedia negociações sobre a necessidade de Israel desocupar as áreas conquistadas em 1967, mas reconhecendo as fronteiras israelenses de 1948 (SCHANZER, 2008). Já na década de 1990, mais especificamente 1991, incipientes negociações

ocorreram na Conferência de Paz de Madrid entre Israel e países como a Jordânia, que representava os palestinos (VISENTINI, 2012).

A partir deste breve contexto do que estava ocorrendo na região, o ano de 1993 trouxe, então, as negociações de paz entre Israel e a OLP com base nas resoluções 242 e 338 das Nações Unidas (que tratavam sobre as determinações, respectivamente, da Guerra dos Seis Dias e da Guerra do Yom Kippur), ocorridas em Oslo, Noruega, e com mediação dos Estados Unidos. Após dias de negociações, ficou acordado que Israel desocuparia toda a Faixa de Gaza e a cidade de Jericó, seria criada a Autoridade Nacional Palestina e haveria um prazo de cinco anos para que as questões fossem resolvidas (PEREIRA; KANTER, 2012). Porém, não foi proposta a criação de um Estado palestino. Nesse período, Yasser Arafat enviou uma carta ao premiê israelense, Yitzhak Rabin, reconhecendo o Estado de Israel. A OLP também foi reconhecida por Israel. De fato, os esforços dessa negociação não foram adiante pelas contundentes oposições internas de cada lado acerca do que foi estabelecido.

A Autoridade Nacional Palestina, que pode ser considerada o principal resultado desses acordos, foi criada já sob um clima de tensão entre as representações palestinas. Ainda assim, a ANP foi estabelecida com a incumbência de governar territórios antes ocupados por tropas israelenses, assuntos civis (polícia, bem-estar social) e securitários, mas sem a capacidade de estabelecer relações diplomáticas (VISENTINI, 2012). Por outro lado, Yasser Arafat perdia apoio, sendo acusado de negociar com Israel e “vender a terra”, e o Hamas exercia sua principal oposição (SCHANZER, 2008). De acordo com Jonathan Schanzer,

Em 20 de janeiro de 1996, entre uma onda de violência do Hamas, a Autoridade Palestina realizou primeiras eleições. O dilema enfrentado pelo Hamas em 1994 seguindo os Acordos de Oslo apresentou-se novamente: Hamas deveria garantir a legitimidade da AP, um produto de acordos, ou abster-se de participar do sistema político? No fim, o Hamas escolheu boicotar as eleições. A falta de participação política, no entanto, viria a ser o menor dos problemas do Hamas em 1996. Os israelenses lançaram uma ofensiva projetada para empregar um golpe mortal para os líderes do grupo (SCHANZER, 2008, p. 44, tradução nossa)⁹.

⁹ On January 20, 1996, amid a wave of Hamas violence, the Palestinian Authority held its first elections. The quandary that Hamas faced in 1994 following the Oslo Accords presented itself again: Should Hamas grant

As oposições internas das representações políticas palestinas eram claras e o uso da violência por parte do Hamas deslegitimava o comprometimento dos palestinos com os acordos de Oslo. A disputa interna com o Fatah culminaria em seu ponto alto em 2006. Israel também possuía divisões internas que não levaram adiante o que fora acordado desde 1993. Desse modo, o século XX chega ao fim sem um acordo de paz entre israelenses e palestinos.

Em setembro de 2000, Ariel Sharon visitou a esplanada das Mesquitas com centenas de homens armados, uma atitude que enfureceu os palestinos e deu início à Segunda Intifada (STEIN, 2009). De acordo com Janice Stein (2009), essa nova Intifada foi muito mais letal que a de 1987 e causou grandes prejuízos à Palestina e Israel. Em 2006, o Hamas venceu as eleições da ANP, desencadeando uma disputa interna com o Fatah. Estes dois grupos se separaram e passaram a controlar, respectivamente, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia (STEIN, 2009). Tentativas de reconciliação foram feitas em 2011 (VISENTINI, 2012).

A questão palestina, após o fim da Guerra Fria, encontrou novos obstáculos, muitos deles internos, para a concretização de seu Estado. De fato, as disputas internas e os diferentes objetivos das representações políticas dificultaram a união de forças para enfrentar e dialogar com Israel. A construção do Muro, a expansão dos assentamentos e os ataques violentos de ambas as partes não nos possibilitam vislumbrar a paz para um futuro próximo. A histórica mediação estadunidense para o conflito é também questionada em razão de sua aliança com os israelenses, mas não há outra alternativa de mediação no momento. Por enquanto, lideranças palestinas buscam reconhecimento e legitimidade em organizações como a ONU.

De acordo com Halliday (2005), os Acordos de Oslo não forneceram um quadro de paz entre Israel e Palestina. Eles visavam três objetivos que não foram cumpridos: o primeiro, um compromisso por parte de Israel de retirar as tropas dos territórios ocupados em 1967; o segundo, o reconhecimento por parte dos palestinos do estabelecimento de relações normais com Israel; e, por último, o empenho contínuo dos Estados Unidos para garantir a paz entre dois. A eclosão

legitimacy to the PA, a product of the accords, or refrain from taking part in the political system? In the end, Hamas chose officially to boycott the elections. Lack of political participation, however, would prove to be the least of Hamas's problems in 1996. The Israelis soon launched an offensive designed to deliver a mortal blow to the group's leaders. (SCHANZER, 2008, p. 44)

da Segunda Intifada nos anos 2000 rompeu com as esperanças de paz entre Israel e Palestina. Os Estados Unidos, que antes estiveram empenhados em alcançar a paz entre Israel e Palestina, em 2001 passaram a enfrentar outro grande problema: a Guerra contra o Terror depois dos atentados de 11 de setembro. De acordo com Jonathan Schanzer, a eclosão deste novo levante prejudicou econômica, política e socialmente a comunidade palestina da mesma maneira que adiou os diálogos de paz entre israelenses e palestinos (SCHANZER, 2008, p. 62-63).

3.4 Diásporas: impacto na identidade, na luta política e na construção do Estado

Sari Hanafi (2011) disserta sobre a influência dos refugiados na luta pela construção do Estado Palestino através da vontade de retornar ao território que lhes foi retirado. No entanto, o autor afirma que a dispersão de um povo devido à emigração forçada é um fator que contribui para a criação de redes transnacionais. Portanto, as fronteiras podem ser um empecilho para a criação e consolidação de uma identidade única palestina. Fronteiras são consequências culturais e sociais que constituem uma geografia mental, que, por sua vez, influencia os laços transnacionais entre diferentes comunidades palestinas e molda suas identidades. A diáspora criou certos limites entre os refugiados e aqueles que permaneceram. Finalmente, a passagem das fronteiras que separam os refugiados do seu local de origem implica relações de poder e conflitos que reforçam fronteiras entre os grupos. Alguns limites permanecem, alguns são inventados, e alguns são lembrados: este é o fardo de fronteiras na região (HANAFI, 2011).

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Centro Palestino de Política e Pesquisa de 2015, 30% dos entrevistados acreditam que o direito de retorno deve ser o objetivo primordial da comunidade palestina. O retorno dos refugiados palestinos fortalece a identidade palestina na medida em que os une num destino a ser conquistado. Ainda que a resolução da Assembleia Geral da ONU de 1948 tenha afirmado este direito ao povo palestino, este conceito é fortalecido mediante o discurso. Nesse sentido, Rashid Khalidi afirma: “ talvez seja difícil entender a dimensão da questão do ‘retorno’ percebida pelos palestinos como uma questão moral, um direito abstrato, em vez de um conjunto de direitos específicos no

sentido contratual” (KHALIDI, 1992, p. 31, tradução nossa)¹⁰. A dificuldade de se pensar a viabilidade do retorno dos refugiados também interfere nos diferentes projetos políticos. Sendo assim,

No comunicado da Fatah em Bethelehem em dezembro de 2003, os autores recusaram a considerar o Estado Palestino como um substituto do direito de retorno: “Se nós tivermos que escolher entre O Estado Palestino e o direito de retorno, escolheremos o último.” Mas há uma solução que englobe o direito de retorno e o Estado Palestino? (HANAFI, 2011 p.12, tradução nossa)¹¹.

Ainda, o modelo de Estado-Nação é estrutural, assim, a identidade e a legitimidade são variáveis essenciais para a compreensão da construção dos Estados. Dessa forma, é necessária a formulação de estudos sobre a mobilidade da população Palestina e as implicações dessa mobilidade na identidade dos refugiados e das demais populações do mundo Árabe, uma vez que os primeiros raramente são incorporados nas sociedades mesmo representando uma parcela expressiva da população, como na Jordânia, Síria e Líbano (HANAFI, 2011).

Na visão de Shibley Telhami (2011), na quarta reunião do Conselho Nacional Palestino, em 1974, defendeu-se o direito à autodeterminação do povo palestino e instituiu-se um ponto de virada para o abandono, aos poucos, do uso do terrorismo na luta palestina. A criação do Hamas na primeira Intifada trouxe novamente o uso do terror em algumas ações do grupo, que é uma organização de libertação nacional. Sobre o Hamas e os refugiados,

Mais do que um simples endosso do Hamas, a apropriação do discurso nacionalista pela organização entre os refugiados reflete seu particular status como uma comunidade de presos em campos de refugiados ainda esperando pela libertação da Palestina e a oportunidade do retorno (PÉREZ, 2014, p. 802, tradução nossa)¹².

¹⁰ It may be difficult to grasp the extent of which the question of “return” is perceived by Palestinians as a moral issue, one of rights in the abstract, rather than one of a specific set of rights in the contractual sense. (KHALIDI, 1992, p. 31)

¹¹ In the Bethlehem Fatah communiqué of December 2003, the authors refused to consider the Palestinian state as a substitute for the right of return: “If we must choose between the Palestinian state and the right of return, we will choose the latter.” But is there a solution that encompasses the right of return and a Palestinian state? (HANAFI, 2011 p.12)

¹² More than a simple endorsement of Hamas, the appropriation of the organization’s nationalist discourse among refugees reflects their particular status as a community stranded in refugee camps still hoping for the liberation of Palestine and an opportunity to return. (PÉREZ, 2014, p. 802)

Desta forma, nota-se que o Hamas utilizou o desejo de retorno dos refugiados para conseguir apoio político durante as eleições de 2006, conforme Pérez analisa a comunidade palestina na Jordânia. Muitos refugiados receberam a vitória do Hamas com muito otimismo, referente, segundo Pérez, à questão da independência e da possibilidade de retorno (PEREZ, 2014, p. 802). Além disso, a reforma empreendida pelo Hamas na sociedade palestina esteve dentro de um projeto maior de libertação nacional, que pretendia empregar os conceitos da religião para fins nacionalistas (HANAFI, 2011; PEREZ, 2014). Assim, percebe-se que o retorno ao território e a religião foram elementos que deram legitimidade aos líderes palestinos.

Enquanto grupos de oposição não são definidos como partes do estado que eles contestam, sua existência e programa não são frequentemente índices de rejeição do Estado como tal, desde que esses grupos aspirem eles mesmos o controle do Estado. A OLP quis criar o Estado Palestino para palestinos, não dissolver a sociedade palestina em comunidade transnacional, e sobretudo os palestinos deixar os palestinos sob o controle dos estados que tentaram dominá-los- Israel, Síria e Jordânia (HALLIDAY, 2005. p. 239, tradução nossa)¹³.

Apesar do apoio de grupos como o Hamas, que, por vezes, dá legitimidade aos líderes palestinos, é importante ressaltar a pluralidade de representantes lutando pela mesma causa, porém usando meios distintos para alcançarem o mesmo fim. As divergências entre essas instituições podem gerar conflitos, prejudicando a causa palestina. Por fim, utilizando a legitimidade, a identidade e a capacidade de extração como variáveis para analisar a construção do Estado Palestino, percebe-se que os refugiados, apesar de inseridos em múltiplos territórios, com suas percepções próprias, ainda contribuem para a consolidação da identidade Palestina, uma vez que não abandonaram a ideia de retorno.

Dessa maneira, os aspectos mais problemáticos para que a construção do Estado Palestino seja viável são a legitimidade e a extração, uma vez que há dificuldade na articulação de estratégias para a união dos grupos favoráveis à causa – assim, há perda da legitimidade. Por outro lado, a capacidade de extração de

¹³ While opposition groups are by definition not part of the state they contest, their existence and programme are usually not indices of the rejection of the state as such, since what these groups aspire to themselves is the control of the state. The PLO has wanted to create a Palestinian state for Palestinians, not dissolve Palestinian society into transnational community, let alone have the Palestinians fall under the control of the other states that sought to dominate them – Israel, Syria and Jordan. (HALLIDAY, 2005. p. 239)

recursos é afetada tanto pela falta de legitimidade dos grupos quanto pelas políticas israelenses, que controlam as maneiras que os palestinos possuem para financiar a sua causa (como os impostos) e, então, consolidarem-se como um Estado (ADAM; COBHAM; KANAFANI, 2004).

4 Considerações finais

Com esta análise histórica pode-se notar que a formação dos nacionalismos judeu e palestino ocorreu contemporaneamente em um período em que se defendia a autodeterminação dos povos. Ambas as identidades, israelense e palestina, se fortaleceram com base na produção social da diferença, ou seja, sustentando a existência do “outro”. Além disso, os conflitos ao longo do século XX formaram e impulsionaram a questão dos refugiados palestinos, que forçados a migrar para países vizinhos hoje representam milhões de pessoas.

Discutir estas questões é importante para compreender a dinâmica do sistema regional do Oriente Médio e a dificuldade de consenso acerca da Questão da Palestina. Uma vez que se busca seu reconhecimento e legitimidade, a ação dos refugiados e de outros migrantes é necessária para esta luta política. A grande massa de refugiados reforça a identidade territorial e nacional, conectando um passado de diáspora a uma promessa de construção do Estado. De fato, o direito de retorno implica pensar na viabilidade tanto demográfica quanto social de um futuro Estado, e deve partir do diálogo com Israel.

Palestinian Refugees: the Construction of National Identity and the Impacts on the Question of Palestine

Abstract: The article aims to analyze the palestinian struggle for nation building and the contribution of palestinian refugees for it. In this sense, it is studied the concepts of national identity and legitimacy in relation to the question of Palestine from the XIX century until contemporary days. Among expressions of collective identity, nationalisms connect a series of narratives and common symbols to a shared history. Legitimicy is about what gives reason and meaning not only for something that is claimed, but also to the structure of a system, social organization and institution. These elements, national identity and legitimacy, are important aspects for building what we conceive as the Modern Nation State. In conclusion, it is understood that the refugees are important for the construction and recognition of the palestinian cause, since they are essential for the consolidation of the Palestinian identity and legitimacy of its claims.

Keywords: Palestine. Refugees. Nation-building. Identity.

Referências

ADAM, Christopher; COBHAM, David; KANAFANI, Nu'am. Budgetary and fiscal policy. IN: COBHAM, David; KANAFANI, Nu'am (Ed). *The Economics of Palestine: Economic policy and institutional reform for a viable Palestine State*. London and New York: Routledge, 2004.

AGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS DE ASSISTÊNCIA DOS REFUGIADOS PALESTINOS. Disponível em: <<http://www.unrwa.org/palestine-refugees>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

AL-HUSSEINE, Jalal. UNRWA and the Palestinian Nation-Building Process. *Journal of Palestine Studies*, p. 51-64, 2000.

ANDERSON, Lisa. The State in the Middle East and North Africa. In: *Comparative Politics*, v. 20 , n. 10, p. 1-18, november 1987.

BALAKHRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BLANCO, R. State-building: Uma perspectiva crítica. *State building: A critical perspective*. Cabo dos Trabalhos, 2009, 3, 1-15.

- BRAUDEL, Fernand. *Histoire et sciences sociales. La longue durée*. In: *Écrits sur l'histoire*. Paris : Flammarion, 1969.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. 2012. *A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional*. São Paulo: Editora Unesp.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. *Regions and Powers: the structure of international security*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- CHATTERJEE, Partha. Comunidade imaginada por quem. Em: BALAKHRISHNAN, Gopal (Ed.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contratempo, p. 227-238, 2000.
- FERABOLLI, Silvia. *Relações Internacionais do Mundo Árabe: Os desafios para a realização da utopia pan-Arabista*. Curitiba: Juruá, 2009.
- GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKHRISHNAN, Gopal (Ed.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 107-154, 2000.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALLIDAY, Fred. *The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- HARDIN, Russel. Compliance, Consent, and Legitimacy. In: Boix, Carles (Ed). *The oxford hand books of Political science*. New York: Oxford University Press, 2007.
- HANAFI, Sari. Flexible Citizenship and the Inflexible Nation-State: New Framework for Appraising the Palestinian Refugees' Movements. *Journal of International Migration and Integration*, v. 13, n. 4, p. 441-458, 2011.
- HAUGBOLLE, Sune. *War and memory in Lebanon*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- HINNEBUSCH, Raymond. *The international politics of the Middle East*. Manchester: Manchester University Press, 2003.
- HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KHALIDI, Rashid. Observations on the right to return. *Journal of Palestine Studies* v. 21, n. 2, p. 29-40, 1992.

LAFFIN, John. *The War of desperation: Lebanon 1982-1985*. London: Osprey Publishing, 1985.

MUSLIH, Muhammad. Arab Politics and the Rise of Palestinian Nationalism. *Journal of Palestine Studies*. v. 6, n. 4, p. 77-94, setembro, 1987.

PALESTINIAN CENTER FOR POLICY AND SURVEY RESEARCH. 21 september 2015. *Palestinian Public Opinion* Poll N° (57) Press Release. Disponível em: <<http://www.pcpsr.org/en/node/619>>. Acesso em: 7 set. 2016.

PAPPE, Ilan. *The Ethnic cleansing of Palestine*. Oxford: One World, 2007.

PEREIRA, Analúcia; KANTER, Marcelo. As quatro estações do conflito Israel-Palestina. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, 2012, n. 51, p. 81-100, jan/jun. 2012.

PÈREZ, Michael. Between religion and nationalism in the Palestinian diaspora. *Nations And Nationalism*, New York, v. 20, p. 801-820, out. 2014.

ROGAN, Eugene L. The Emergence of the Middle East into the Modern State System. In: FAWCETT, Louise (Org.). *International Relations of the Middle East*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 21-43.

SAID, Edward. *A Questão Palestina*. São Paulo: Editora Unesp, 2012. 368 p. Tradução de Sonia Midori.

SALEM, Hanin Abou. *Palestinian Refugees: A Crisis of Recognition*. In: PALESTINIAN REFUGEES IN THE ARAB WORLD, 1., 2012, Doha. Paper. Doha: Al Jazeera Center For Studies And Palestinian Return Centre, 2012. p. 1-8. Disponível em: <http://studies.aljazeera.net/mritems/Documents/2012/5/7/20125793825145734PalestinianRefugees_A Crisis of Recognition.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2015.

SCHANZER, Jonathan. *Hamas vs. Fatah: The Struggle for Palestine*. New York: Palgrave Macmillan, 2008. 256 p.

SEABROOKE, Leonard. *Bringing legitimacy back in to neo-Weberian State Theory and International Relations*. Camberra: Department Of International Relations, Research School Of Pacific And Asian Studies, The Australian National University, 2002. Disponível em: <http://ir.bellschool.anu.edu.au/sites/default/files/uploads/2016-08/ir_working_paper_2002-6.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2015.

SLUGETT, Peter. *International Realtions of the Middle East*. New York: Oxford University Press, 2009

SMITH, Anthony. *National Identity*. London: Penguin Books, 1991.

STEIN, Janice Gross. War and Security in the Middle East. In: FAWCETT, Louise (Org.). *International Relations of the Middle East*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 208-227.

TELHAMI, Shibley. The Road to Palestinian Sovereignty: Problematic Structures or Conventional Obstacles. In: KRASNER, Stephen (Ed.). *Problematic Sovereignty: Contested rules and political possibilities*. New York: Columbia University Press, 2001. p. 301-322.

TILLY, Charles. War Making and State Making as Organized Crime. In: EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (Ed.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 169-191.

TRIANDAFYLLIDOU, Anna. *Immigrants and National Identity in Europe*. London And New York: Routledge, 2001. 189 p.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A Primavera Árabe: Entre a Democracia e a Velha Geopolítica*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012. 184 p.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. 586 p. 2 v. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/weber-m-economia-e-sociedade-fundamentos-da-sociologia-compreensiva-volume-2.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2015.